

A INTERAÇÃO SOCIAL E AS SEDUÇÕES DO CRIME EM QUESTÃO – UMA ENTREVISTA COM JACK KATZ

SOCIAL INTERACTION AND THE SEDUCTIONS OF THE CRIME IN QUESTION – AN INTERVIEW WITH JACK KATZ



Fonte: UCLA.

ENTREVISTADOR

SALAH H. KHALED JR.

Doutor em Ciências Criminais (PUCRS, 2011). Professor de Direito Penal, Criminologia, Sistemas Processuais Penais e História das Ideias Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Presidente do Instituto Brasileiro de Criminologia Cultural.
Lattes: [<http://lattes.cnpq.br/6155872393221444>].
ORCID: [<https://orcid.org/0000-0003-4918-1060>].
salah.khaledjr@gmail.com

DOI: [<https://doi.org/10.54415/rbccrim.v193i193.236>].

ÁREAS DO DIREITO: Penal; Fundamentos do Direito

RESUMO: Esta entrevista é uma transcrição de uma prolongada troca intelectual feita por e-mail e que transcorreu ao longo de algumas semanas, no final de 2021. O diálogo com Jack Katz foi conduzido especificamente com o propósito de enriquecer o dossiê de criminologia cultural da Revista Brasileira de Ciências Criminais, a partir de um contato inicial estabelecido por Keith Hayward, a quem eu agradeço. No curso da entrevista são discutidas questões biográficas como a formação inicial em Direito e as influências sociológicas do autor, a fenomenologia do primeiro plano do crime, o diálogo entre a sua contribuição e o interacionismo simbólico de Becker, a compreensão das emoções e, finalmente, o conceito de "mal" e um debate sobre o uso de "estrutura" nas ciências sociais.

ABSTRACT: This interview is a transcription of an extended email exchange I had with Jack Katz at the end of 2021. The interview was done specifically for of Revista Cultural Brasileira de Ciências Criminais. My thanks to Keith Hayward, for setting up this conversation. The interview covers Katz's the initial training in Law and his sociological influences, how his contribution enhances and refines Becker's symbolic interactionism, the understanding of emotions and, finally, the concept of "evil" and a debate on the use of "structure" in social sciences.

PALAVRAS-CHAVE: Fenomenologia – Primeiro plano do crime – Internacionalismo simbólico – Criminologia cultural – Seduções do crime.

KEYWORDS: Phenomenology – Foreground of crime – Symbolic internationalism – Cultural criminology – Seductions of crime.

INTRODUÇÃO

Jack Katz¹ é professor de sociologia na Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA), e um dos autores de maior influência na história da criminologia, com raízes fortemente situadas na tradição interacionista de sociologia. Embora ele não seja um dos fundadores da criminologia cultural, é certamente um dos intelectuais cuja influência é mais visível no campo, juntamente com Robert Merton, David Matza, Howard Becker, Stanley Cohen, Jock Young e a “nova criminologia” ou “criminologia crítica” britânica de modo geral.

Entre seus mais importantes trabalhos, destacam-se *Poor People’s Lawyers in Transition* (1982), *Seductions of Crime: Moral and Sensual Attractions in Doing Evil* (1988) e *How Emotions Work* (1999), além de uma série de artigos, notadamente *From How to Why: On Luminous Description and Causal Inference in Ethnography* (2001) e *Start Here: Social Ontology and Research Strategy* (2002).

Esta entrevista foi concedida especificamente para o dossiê de criminologia cultural da Revista Brasileira de Ciências Criminais e, por essa razão, as questões foram especificamente direcionadas para pontos que refletem interesses criminológico-culturais de pesquisa, bem como a formação jurídica do autor e o diálogo com a criminologia crítica brasileira.

Salah H. Khaled Jr. [SHKJR]: *Para começar, o que pode nos dizer sobre a sua formação em Direito e as suas influências sociológicas iniciais? O que o levou a posteriormente seguir na criminologia?*

Jack Katz [JK]: Quando eu estava pensando sobre qual deveria ser a minha graduação, estava em dúvida entre fazer direito ou sociologia. No final do meu bacharelado eu descobri Goffman e senti que esse era o caminho a seguir. Senti uma ressonância distinta, como se desde a adolescência, de forma amadora, eu tivesse o hábito de observar as pessoas como Goffman fazia. Mais tarde percebi que sua abordagem fazia parte da tradição interacionista da sociologia. Mas o direito parecia um caminho mais amplo e que, se trilhado, me permitiria passar

1. E-mail: jackkatz.soc@gmail.com.

para a sociologia mais tarde. O direito também provavelmente parecia útil como uma forma de preparação para aumentar minha autoconfiança e para tornar meu pensamento e escrita mais rigorosos. E isso de fato aconteceu.

A Faculdade de Direito da Universidade de Chicago também era atraente porque era famosa por misturar o estudo do direito com as ciências sociais. Essa fama foi baseada nos laços da escola com a perspectiva “realista” do direito – olhe para o que os juízes fazem, não para o que eles dizem ser as razões pelas quais tomam as decisões. Para estudar rigorosamente o que os juízes fazem, você precisa de ciências sociais. E nas faculdades de direito, o que era cada vez mais comum desde a década de 1920, a atenção era direcionada principalmente para a sociologia.

Mas, na verdade, foi algo diferente disso que se tornou o benefício mais duradouro de ter cursado a Faculdade de Direito em Chicago. Encontrei Ronald Coase, um economista cuja atuação na universidade foi na Faculdade de Direito; e tive contato substancial com Harold Demsetz, outro economista do corpo docente. Trabalhei como assistente de pesquisa para Demsetz em um pequeno projeto. O corpo docente de lá foi muito influenciado pelo movimento “Direito e Economia”.

O que eu aproveitei da abordagem Coase/Demsetz para a economia? Uma apreciação de que a economia era basicamente uma maneira de fazer sociologia. É tudo interação. O termo “mercados” é muito enganador. Ele leva as pessoas a pensar em um lugar onde os fornecedores trazem mercadorias e os compradores comparam as ofertas, um lugar ao qual podemos ir fisicamente e testemunhar as transações ocorrendo. Pensado como um lugar geográfico, um mercado é algo no qual você está dentro ou fora. Mas um “mercado” é um substantivo enganoso, que representa uma série indeterminada de interações sociais. Não se trata somente do fato de que as pessoas que compram e vendem, especialmente agora, nunca se encontram. É a própria estrutura ou as barreiras firmes sugeridas pelo entendimento de lugar-substantivo “mercado” que são enganosas. Não existe uma população finita de compradores e vendedores em um determinado momento. Estamos sempre comprando e vendendo versões de nós mesmos. Nunca estamos fora da interação social, o que significa que nunca estamos fora dos mercados, potencialmente nos expondo a pessoas que podem encontrar valor no que estamos fazendo de uma forma que nunca imaginamos, e sempre descobrindo potencialmente como os outros podem ser úteis para nós, o que pode configurar uma oferta para transacionar.

Essa perspectiva sobre “mercados” como processos de interação leva você a apreciar que os mercados físicos são construções artificiais, semelhantes a

substantivos que, embora em algumas instâncias possam ser reais (um mercado de ações, com ações de animais ou com ações de investimento, tem uma vida em um lugar físico, ou pelo menos costumava ter), são enganosos. Coase mostrou que uma “firma” (uma empresa de negócios, por exemplo) é uma maneira pela qual o trabalho pode ser feito, com funcionários e um empregador; mas não é uma forma necessária. Isso pode ser óbvio agora, com *shows* mediados pela internet, com “contratados independentes” ou “freelance” sendo tão proeminentes. Mas não era há algumas décadas. E as implicações são radicais, porque se a interação social é fundamental, então a economia é um ramo da sociologia.

Para ilustrar o ponto com outro exemplo, Demsetz, quando fiz pesquisas para ele, estava trabalhando em uma explicação sobre por quais razões as tribos pré-colombianas do nordeste norte-americano tinham um sistema de direitos de propriedade, enquanto as tribos do sudoeste não tinham. Assim, a forma social, nesse caso os direitos de propriedade, a instituição da propriedade no sentido convencional moderno, foi o *explanandum* (a variação a ser explicada). Coisas “pertencentes” a um lugar e tempo não são tratadas como “pertencentes” por pessoas que vivem em outros lugares e tempos. Agora, nos EUA, há um movimento em rápido crescimento para reconhecer que as pessoas “possuem” sua aparência, de modo que os olhares dos outros sobre o corpo de alguém devem ser compreendidos como em uma relação contratual. Se você olhar para mim ou para alguma parte do meu corpo por muito tempo ou de maneira errada, posso ter uma reclamação legítima e executável contra você. Fazer uma interação e tratá-la como algo que pode ser comprado ou vendido, ou sujeito às leis do contrato (não me olhe assim, a menos que eu lhe dê permissão), é uma rica variável sociológica. Suspeito resolutamente de substantivos, de estruturas (mais sobre isso depois), de “coisas” em geral.

Acho que só muitos anos depois comecei a reconhecer que essa perspectiva também era central para a tradição interacionista da sociologia, que, diferentemente das “normas” de Durkheim, dos conceitos de “*status*” e “*sistema*” de Merton e Parsons, das “classes” de Marx e das formas proliferantes de “capital” de Bourdieu, insistia no processo de interação como fundamental, com todos os substantivos sendo representações artificiais e enganosas de processos subjacentes de interação social. Quando comecei a graduação em sociologia na Northwestern (também na área de Chicago) com Howard S. Becker e John Kitsuse, a “escola da rotulação”, à qual eles estavam associados, estava sendo muito debatida. Na época, a maioria das pessoas achava que as questões eram sobre qualidades atribuídas a diferentes tipos de pessoas. Kitsuse estudou como estudantes universitários chegam à conclusão de que um colega de quarto é homossexual.

Becker mostrou que não havia nada de incomum sobre como as pessoas se tornaram usuários de maconha, de modo que as caracterizações feitas de “maconeiros” pela cultura popular e policial eram infundadas. Mas o ponto principal não era sobre nenhuma caracterização particular do tipo substantivo (“bicha”, “viciado em drogas”). Era que, estudando os processos de interação social, podíamos ver como qualquer substantivo era uma construção artificial, uma imputação enganosa que, na linguagem da época, era “imposta” às pessoas ou a conjuntos de pessoas.

Cinquenta anos depois, a tradição interacionista, que remonta a 100 anos, aos pragmatistas da virada do século 20 (Mead, Dewey, William James), continua produtiva, porque os substantivos são irresistíveis. Há uma dialética contínua entre as forças sociais que sustentam os substantivos e a interação social que fundamenta a percepção das pessoas em categorias de substantivos. Meu colega Rogers Brubaker foi atacado por escrever um livro que examina as práticas de categorização social hoje, comparando o tratamento de autodefinições por raça como fundamentalmente contestáveis (você pode ser denunciado por críticos que dizem que você é “realmente” uma pessoa “branca” alegando ser uma pessoa “negra”) enquanto as autodefinições por gênero ou sexo devem ser honradas. Se você diz que é “gay” ou “um homem preso no corpo de uma mulher”, você tem o direito de dizer isso, e qualquer um que o desafiar pode ser denunciado.

Considerarei esse contraste entre a realidade ontológica do processo social (são todos fluxos de interação, com muitos fluxos em movimento a qualquer momento) e a construção emocional e politicamente irresistível de substantivos para classificar as pessoas, como algo infinitamente produtivo. E a minha confiança em trabalhar com essa perspectiva crítica sobre a cultura (acho que essa é uma maneira por meio da qual eu sou um “criminologista cultural”) foi impulsionada por eu ter percebido na Faculdade de Direito que os economistas ganhadores do prêmio Nobel compreendem a arbitrariedade das formas sociais e “fronteiras”, como as fronteiras entre “propriedades” pertencentes a pessoas diferentes (que foi o foco de outro artigo famoso de Coase). Agora, existem sociólogos bem-conceituados que absorveram a metáfora do substantivo tão profundamente que estudam “fronteiras” como coisas reais. É razoável acreditar que sempre haverá uma maneira desafiadora de fazer contribuições criativas para explicações científicas sociais, insistindo em olhar através de caracterizações substantivas da vida social para os processos de interação que elas obscurecem.

SHKJR: *Devo confessar que essa resposta foi muito mais rica e esclarecedora do que eu esperava. Ela ilustra em grande medida o seu esforço teórico em termos de um distanciamento da abstração metafórica em direção à vida efetivamente vivida.*

Nesse sentido, seu livro “Seductions of Crime: Moral and Sensual Attractions of Doing Evil” representou uma inovação significativa para a criminologia. O que fez com que você realmente desse um passo além dos esforços interacionistas anteriores, questionando o primeiro plano existencial e fenomenológico do crime e ultrapassando os limites de teorias que dão pouca atenção ao que realmente move as pessoas nas performances que praticam na vida cotidiana?

JK: O trabalho que levou a *Seductions of Crime* teve início quando comecei a lecionar na universidade. Ao construir uma série de palestras para ensinar criminologia, tive que procurar materiais adequados e, assim, procurei as descrições mais próximas do que os criminosos fazem. E para encontrar esses materiais, eu tive que olhar e olhar e olhar e olhar. A criminologia era tão abstrata e tão preocupada realmente com o *explanans*, as causas, e tão pouco preocupada com o *explanandum*, as variações que estamos tentando explicar. Mas o lugar certo para começar não é exatamente ficar familiarizado com as variações que você quer explicar?

Na criminologia, havia muito pouco em termos de descrições de práticas de comportamento criminoso. Mas fora da criminologia acadêmica, encontrei muitas biografias, entrevistas, algumas etnografias e experiências pessoais para me basear. E basicamente, esse se tornou o material utilizado para escrever *Seductions of Crime*.

Sua pergunta é muito boa e me ajuda, porque os leitores muitas vezes não compreendem as explicações fenomenológicas. Alguns, por exemplo, leem *Seductions of Crime* como uma escolha antirracional, como reduzir o crime a emoções ou à excitação. Outros leem o livro de acordo com as teorias de escolha racional. Mas eu não estava tentando assumir uma posição teórica ou seguir a lógica de uma filosofia, seja ela a escolha racional, a escolha antirracional ou a fenomenologia. Para mim, o trabalho nesse livro foi desenvolvido a partir de uma aproximação com o *explanandum*, em direção a uma explicação a partir de um compromisso inicial e permanente de obter a melhor descrição possível das variações nas coisas que eu estava tentando explicar.

No curso da escrita, desenvolvi explicações substantivas para cada forma de crime por meio de indução analítica, o que significa mudar a definição do *explanandum* (um tipo particular de crime, nesse caso) para que a evidência sobre o *explanans* se encaixe; e procurando evidências de comportamento que conduzam ao *explanandum* e ao longo dele, focando na sequência da ação, na interação (como cada envolvido leva em conta o que os outros estão fazendo) e na incorporação do comportamento (emoções, uso do ambiente em questão). Escrevi sobre indução analítica, sobre essa metodologia e sobre a natureza tripartida da ontologia social em um artigo científico chamado “*Start Here*”.

Uma vez que você se concentra no que as pessoas estão fazendo quando estão cometendo crimes, você desenvolve facilmente uma explicação fenomenológica, mesmo que você nunca tenha lido fenomenologia e nem saiba pronunciar essa palavra multissilábica. Quando você olha para o comportamento criminoso em processo, você se concentra na variação, não entre aqueles que cometem ou não o crime, mas em como as pessoas entram e saem do crime: o que eles estavam fazendo antes, o que eles fazem à medida que estão praticando o crime, o que muda no curso do comportamento de praticar o crime. E então, como eles passam de cometer um crime para não cometer um crime; como eles chegam ao que eles fazem a seguir?

Ao tentar rastrear como as pessoas entram e saem do crime, seja no curso da vida ou em determinadas situações, você descobre que está de fato “controlando” muitas características biográficas do indivíduo. À medida que as pessoas mudam de “não praticar” para “praticar” crime, elas não mudam de gênero, *status* de classe, nível educacional, geografia de residência. Se a família da primeira infância teve ou não um pai presente não muda. Nem geralmente o seu *status* de imigração. E, ao se concentrar em como as pessoas entram e saem das linhas de comportamento criminoso, você está de fato “mantendo constantes” muitos recursos contextuais contemporâneos. A partir do momento que antecede o assalto até a duração do evento e até o trecho imediatamente subsequente daquele dia, as pessoas não mudam seu *status* de empregado para desempregado; de faminto a bem alimentado; se elas estão em um relacionamento estável ou não. De certa forma, ao manter constantes fatores de fundo biográficos e contextuais, você realiza uma espécie de “entre parênteses” na tradição das investigações fenomenológicas. O que resta é essencialmente fenomenologia, a ascensão e queda da atração de fazer um determinado curso de ação. Segui a mesma metodologia no meu livro sobre emoções que, ainda mais do que o livro do crime, aprofunda como as pessoas se entrelaçam com o ambiente de sua ação, no sentido de “entrelaçamento” que Merleau-Ponty tentou transmitir.

Agora, como uma questão autobiográfica, na verdade eu tinha lido muita filosofia pragmatista e fenomenológica, além de muita sociologia interacionista. E desde a minha adolescência eu tinha um fascínio pelas tragédias do teatro de palco dramático, que é uma forma de arte que, do início ao fim, mantém constantes biográficas e muitas características contextuais (a *mise-en-scene* muda entre atos e cenas, mas não dentro de cenas). Dramas encenados mostram como as pessoas entram em cursos de conduta fatídicos à medida que algum sentido convincente da cena emerge, que geralmente é o que acontece no Ato II, e depois declina, que geralmente é sobre o Ato III. Grandes tragédias na tradição teatral são como

a maioria dos crimes de rua: uma fase de movimento para a tentação, uma ação repentina e fatídica, a decepção ou desilusão ou retirada após o fato. Para algumas almas condenadas, grande parte do resto da vida se torna um epílogo repleto de remorso.

Talvez valha a pena elaborar um pouco, já que você está fazendo esta entrevista para criminologistas culturais. Há uma frase na peça de Tennessee Williams, *The Glass Menagerie*, que permaneceu comigo desde que a conheci, quando eu tinha provavelmente 16 anos. O narrador, que nessa “peça de memória” é o autor, primeiro se refere ao pai ausente da família como “um telefonista que se apaixonou por longas distâncias”. Em seguida, essa frase, que narra sucintamente a história de uma família, reaparece quando a mãe do narrador, a mãe da peça, explica a um estranho por que o marido está ausente. Encantador na primeira vez que você o ouve. Mas, quando escuta pela segunda vez, atinge você com *pathos*. Você percebe que é como muitas frases e histórias que você ouviu repetidas vezes em sua família. A narração artística é uma maneira de passar pela vida. Para Amanda, essa é sua maneira transparentemente inadequada de tentar usar o charme (ou seja, magia) para passar por uma vida constantemente vivida à beira da humilhação e da pobreza. Assim que se repete, torna-se frágil: só porque se repete, o encanto da criatividade desaparece e percebemos que ela não tem recursos pessoais para transcender suas circunstâncias. Ela entregou sua vida a uma série de tropos. Quando Amanda entrega a fala, você registra que a ouviu antes, na introdução entregue pela autora/narradora, que retratará seu filho na peça, que a entregou como fato. E então você sente como a dor intergeracional se move através das gerações e como as táticas estéticas para lidar com o sofrimento passam de pais para filhos e de macrodesastres (Amanda se agarra desesperadamente à aura superior do derrotado e decadente *Plantation South*) para desilusões biográficas.

O que a repetição nessa famosa peça tem a ver com o estudo do crime? Se há um mistério permanente sobre o padrão social do crime, um mistério que, se resolvido, traria uma contribuição histórica, é como os caminhos dos pais passam para os filhos. E aqui o dramaturgo/autobiógrafo nos mostra que o processo é estético em sua essência. Talvez, hoje em dia, você queira chamar isso de *habitus*. Mas um foco na cultura doméstica e do bairro, em como a geração mais jovem aprende as artes da vida cotidiana da geração anterior de suas próprias famílias e de outras famílias do bairro, oferece uma pedra de toque infinitamente mais diversificada, historicamente mais profunda e mais rica para fazer uma contribuição original.

Então, mais especificamente, quando você começa a olhar para o que as pessoas estão fazendo na produção interacional de crimes (e aqui eu quero dizer

crimes de “rua” como roubo, furto, assalto, homicídio; não crimes de colarinho branco), o que você descobre é que, inevitavelmente, eles estão invocando uma narrativa para controlar o comportamento e evocar emoções em uma situação potencialmente caótica. E então, na maioria das vezes, se não inevitavelmente, eles posteriormente descobrem que o resultado não tem encanto e tem pouco valor. Para fazer o roubo, os assaltantes têm que conscientizar a vítima de que um “roubo” está em andamento, para que a vítima possa fazer o que quiser, que é agir como vítima. Muitas vezes, a tragédia é que eles escapam com muito menos do que o valor das coisas roubadas; eles destroem mais do que ganham, criando perdas que incluem a presunção de normalidade e a paz da vítima. Não vou repassar os capítulos de *Seductions* para dar mais ilustrações, mas você pode fazer isso. E a mesma perspectiva pode ser aplicada ao nível biográfico, para explicar por que o crime de rua se torna menos comum à medida que a idade adulta avança.

SHKJR: *Me parece que o seu trabalho captura o que já foi definido como “momento interativo” de uma forma muito rica e inovadora, que enriquece e dinamiza avenidas de investigação que já foram em alguma medida trilhadas na tradição criminológica, ainda que não com a atenção fenomenológica encontrada em Seductions. Para efeito dos nossos potenciais leitores, vale mencionar o fato de que Howard Becker é um autor muito bem conhecido no Brasil. Do mesmo modo, as teorias da rotulação também encontraram enorme difusão no Brasil e continuam a nortear investigações no campo da criminologia crítica brasileira. Você poderia ilustrar de que forma as seduções do crime podem ser vistas como um desenvolvimento e refinamento do labelling approach?*

JK: A abordagem da rotulação, como desenvolvida por Becker, era predominantemente cognitiva e, como resultado, empiricamente estéril para explicar a prática do crime e/ou comportamento desviante. (Os estudantes de rotulação não devem ignorar o trabalho de Ed Lemert, que com o conceito de desvio secundário, que ele ilustra em um ensaio sobre a dinâmica da paranoia, chega a explicar a etiologia do desvio.) As perspectivas da rotulação que se desenvolveram a partir da etnometodologia, por meio de Garfinkel, Cicourel (seu livro sobre delinquência na Argentina) e Kitsuse (“*Societal Reactions to Deviant Behavior*” e seu trabalho com Spector em “*Constructing Social Problems*”) também foram restritas a uma apreciação cognitiva e definidora da rotulação e da relação de rotulação para a prática do crime. Essas foram grandes contribuições, mas, exceto por algumas sugestões sobre profecias autorrealizáveis, elas não mostraram o caminho para explicar por que as pessoas iriam querer cometer crimes.

Três aspectos da obra de Becker foram relevantes para o modo como desenvolvi os estudos em *Seductions*. Primeiro, em seu artigo inicial sobre fumar

maconha, ele explica que a atividade depende de três estágios de aprendizado, incluindo aprender a aproveitar a experiência. Ok, tudo bem, mas em que consiste esse prazer? Se é apenas divertido, como seu artigo pretendia transmitir, e não algo para tratar como ameaçador ou que exigisse qualquer motivação especial, então por que fazê-lo? Especialmente porque, na época em que ele estava escrevendo e por muitas décadas depois, você corria sérios riscos se fumasse maconha, muito mais ainda se a vendesse. Por que não ir para uma forma menos arriscada de diversão?

As pessoas que fumam maconha não estão apenas aprendendo; elas estão ficando chapadas. Não havia nada em seu relato de interação que descrevesse a experiência de ficar chapado. David Matza começou a entender isso, o que é estar chapado. Matza mostra que se trata de uma forma diferente de encarnar, de vivenciar o seu corpo, e também uma forma diferente de se relacionar com o mundo, no sentido de que você está acima do seu corpo, se vendo fazendo as coisas, então você está dentro e fora do seu corpo ao mesmo tempo.

Becker é um cara muito tranquilo. Ele não mostra a emoção vividamente. E ele escreve sobre as pessoas como se elas estivessem agindo de maneira prática, sem paixão. Ao fumar maconha, eu sabia, as pessoas riam muito. Elas não estão apenas sentadas em uma sala de aula como alunos entediados tentando aprender alguma coisa. Lendo o que Matza escreveu sobre fumar maconha, senti: “Ok, isso está claramente além do que Becker está olhando, além da análise fria e racional que deixa um mistério sobre por que as pessoas querem aprender alguma coisa”. Então descobri que algo mais precisava ser trabalhado na explicação, algo sobre ser levado, algo sobre o aspecto distintamente incorporado da prática.

Uma segunda maneira de mostrar a limitação no pensamento de Becker, e na teoria da “rotulação” em geral, foi a manutenção de uma visão *outsider*, que se recusou a tentar descrever e explicar as qualidades distintivas do comportamento, estilos de vida e identidades desviantes. Como estudante de graduação, escrevi um artigo criticando sua famosa tabela, em “*The Outsiders*”, que distingue “desvio secreto” e desvio “falsamente acusado” de seus antônimos. Se, como ele escreveu, o desvio não é uma qualidade do ato ou ator, mas um rótulo, como ele poderia determinar que algum ato ou pessoa foi acusado “falsamente” ou com precisão; como ele próprio poderia rotular o desvio que permanecia secreto e, portanto, não rotulado? Ele teve a gentileza de citar o artigo e reconhecer as críticas na segunda edição de seu livro, mas não deu continuidade às implicações. Ou não há desvio até que outro tenha imputado esse rótulo, ou há algum outro caminho de pesquisa que é necessário para fundamentar a caracterização do comportamento ou pessoa pelo analista como desviante. Se ele fizer a emenda

de que “rotulação” pode incluir autodefinição, então sua abordagem levanta outra questão, que se torna: com que base alguém passa a rotular suas ações ou *self* como desviantes?

Becker e eu compartilhamos um impulso para ser “do contra”. Usei o exemplo das bruxas para mostrar os problemas com sua formulação. Em *Wayward Puritans*, de Kai Erikson, outro trabalho que foi considerado uma contribuição clássica para a teoria da rotulação, Erikson revisou a história das mulheres na Colônia da Baía de Massachusetts que foram perseguidas como bruxas. Presumivelmente, argumentei (em uma conversa no corredor) que elas foram falsamente acusadas. A resposta de Becker foi: “Como você sabe que não existem bruxas?”. Minha resposta foi pensar: sim, ele está certo sobre isso. E então a questão se tornou em como as pessoas vem a considerar que elas são bruxas, ou desviantes de alguma outra forma. As bruxas são, em alguns casos históricos, pessoas que entendem que estão se associando ao diabo, que estão abraçando o mal. Isso me levou a procurar outras formas de agir ou viver que as pessoas abraçaram como especificamente desviantes. (Talvez eu não fosse tão diferente deles. Ser do contra significa abraçar o negativo para ver onde isso o levaria, intelectualmente; ou, como diz a frase, “ser o advogado do diabo” e pressionar um argumento que outros considerariam perverso). E, assim, eu segui essa linha de pensamento em *Seductions of Crime*, que estuda as várias maneiras pelas quais as pessoas acham convincente agir de uma maneira que eles entendem que os outros rotularão de desviante, antissocial, mau.

De uma terceira maneira, tentei ir além da abordagem de Becker ao desenvolver meu trabalho sobre crime e desvio e, posteriormente, sobre emoções e outros assuntos. Eu respeitava tanto Becker (e ainda respeito) que imaginei que, se pudesse construir algo além dos limites que ele se autoimpôs, teria algo útil a oferecer. E uma parte infinitamente fértil, mas sistematicamente limitada, da sociologia de Becker é seu uso de “comportamento coletivo” ou “ação coletiva” para entender o que os outros consideram desviante (crime, uso de drogas) ou carismático (gênio artístico, como em seu livro *Art Worlds*). A linha consistente em seu trabalho é tomar um comportamento ou identidade pessoal que as pessoas geralmente tratam como tendo sido gerados de forma autônoma e mostrar como as ações de muitos outros são necessárias para tornar essa ação ou modo de vida possível. O título de um de seus livros posteriores, “*What about Mozart? What about Murder?*”, mostra sua consciência de perplexidade com essa abordagem geral. Ele não vai entrar no mérito sobre a genialidade de Mozart. Sua contribuição é mostrar como as instituições sociais da época e instituições posteriores foram necessárias para que o mundo conhecesse a obra de Mozart, pudesse

tocá-la e falar dela como genial. Quem sabe quantos Van Goghs secretos ou não descobertos existem? Não é o pintor ou a pintura, isoladamente, que fazem o que é rotulado de gênio. O próprio Van Gogh estava morto antes que o rótulo de genial encontrasse seu trabalho.

Nada de errado com essa perspectiva de “ação coletiva”. É atraente politicamente, também. Nenhum bilionário da internet seria rico se os governos, usando o dinheiro público na forma de receita tributária, não tivessem investido em pesquisas universitárias que levaram à criação da internet. Como as culturas populares sempre designam algumas pessoas como desviantes ou gênios, sempre há um trabalho sociológico útil a ser feito, para mostrar como as biografias daqueles assim rotulados foram moldadas pelas muitas atividades de outros contribuintes não reconhecidos.

Mas a descrição da ação coletiva nunca conta toda a história. Tudo o que qualquer um faz é possível pelas ações de infinitos outros, vivos e mortos, em seu ambiente imediato e do outro lado do mundo. “Como” não é o mesmo que “por que”. Um sociólogo que descreve a interação social por meio da qual uma determinada linha de comportamento emergiu estabelece uma explicação subsequente de por que essa ação ocorreu. Assim, concentrei-me em meu trabalho metodológico e substantivo em como os sociólogos podem passar da descrição do como para a explicação do por quê. “Por quê?” é uma questão diferenciada. O que há na ação coletiva que levou à composição de Mozart, ou aos homens fazendo roubos, ou ao desenvolvimento de um protesto contra o racismo que se torna violento, com saques etc., que não fez parte da ação coletiva que, respectivamente, levou ao trabalho de outros músicos, a como outras pessoas pobres resolvem seus problemas sem fazer roubos, ou a respostas coletivas não criminosas às desigualdades raciais?

SHKJR: *O subtítulo do seu livro é “atrações morais e sensuais em fazer o mal”. Você pode lançar alguma luz sobre seu senso de “mal” como um conceito sociológico para entender certos tipos de desvio, levando em conta o deslocamento de “como?” para “por quê?” anteriormente referido?*

JK: Por “mal” me refiro a uma apreciação que o analista/sociólogo extrai do próprio ator. A forma mais comum de mal, percebida pelas pessoas na vida cotidiana, é o caos. As pessoas aprendem o que será considerado mau como uma inferência do que as pessoas tratam como ordem. Todos nós recebemos essa apreciação desde muito cedo. Uma criança, sentada em uma cadeira alta, comendo de uma bandeja de alimentação, derruba propositalmente a comida no chão. Depois disso, um pai, alheio à evidência de que a fome da criança foi satisfeita, limpa e repõe a comida na bandeja. A criança faz isso de novo, e o pai desempenha

seu papel novamente. A criança é atraída para uma exploração inicial de como o caos revela processos de ordenação. Uma criança de três anos, vendo blocos montados em forma vertical, acha irresistível bater na construção para que ela desabe. Mais tarde, o mesmo impulso atrai os adolescentes para o vandalismo, para as emoções atraentes de furtos em lojas, para “rachas” ilegais nas ruas públicas, que põem em perigo os espectadores e pedestres, para os caminhos dos *badass*.² Materialmente, o que se obtém da destruição ou da manifestação de um envolvimento com poderes destrutivos não pode justificar o ato. Mas quando outros tratam as violações da ordem como forças poderosas que estão para além dos cálculos racionais, eles estabelecem a atração de abraçar ou pelo menos brincar com as forças do mal.

SHKJR: *Por força de uma tradição racionalista moderna que permanece dominante em diferentes campos e na própria criminologia, com as chamadas teorias da escolha racional, por exemplo, as emoções raramente foram objeto de atenção científica. Com isso, o significado e o propósito são removidos da agência humana, restando uma perspectiva bastante simplificadora e estéril sobre como se dão os nossos processos cognitivos e decisórios. Nesse sentido, como você desenvolveu a metodologia proposta em “How emotions work” para entender como as pessoas constroem seu comportamento emocional em ambientes naturais e cotidianos?*

JK: Em minhas leituras durante a graduação, fiquei muito impressionado com a afirmação de Herbert Blumer de que a interação faz parte de todos os momentos da vida social. (Ele se contradisse em alguns dos primeiros escritos sobre ação “não simbólica”, mas vou evitar essa distração.) A maneira como ele colocou isso foi na forma de um desafio. Ele desafiou o leitor a encontrar algum momento na vida social em que as pessoas não estejam interagindo umas com as outras. Fiquei encantado com o desafio proposto por ele.

Percebi que, mesmo quando estou sozinho escrevendo em minha mesa, estou antecipando como o leitor responderá ao que estou escrevendo. Assim, a interação fazia parte da ontologia social. Qualquer pesquisa sociológica que não descrevesse a interação produziria dados deficientes.

-
2. O termo poderia ser traduzido como “fodão”. É ilustrativa a descrição feita por Katz da trajetória de alguém que se torna um *badass* e que consiste em um processo social no qual se desenvolve uma autoridade sobre os demais e se adquire transcendência, com a transformação moral do mundo da lógica, racionalidade e utilitarismo para o caos. O *badass* pretende adentrar o universo moral, visual e espacial dos demais e evocar um sentimento de caos iminente (KATZ, 1988, p. 87). Ele procura se tornar alguém cuja identidade se conforma ao sentido do momento (KATZ, 1988, p. 233).

Ao buscar a interação na vida social, aprendi cada vez mais, e muito do que aprendi não era reconhecido pela cultura popular e pela sociologia acadêmica. Então eu me perguntei: que outros aspectos da ontologia social podem existir e cuja procura também seria muito frutífera? Na minha leitura crítica de Becker, que é um excelente interacionista, a limitação era outra. Nos estudos que conduziu, ele não descreveu como as pessoas encarnam o comportamento que ele estava tentando explicar, seja o seu objeto o uso de maconha, o jazz ou como os alunos lidam com as exigências da escola.

Mais ou menos na mesma época, comecei a ler muita fenomenologia. Eu gostava de ler pessoas que escreviam ficção (como James Joyce) e filosofia pragmatista (como William James) dessa maneira. Quando eu estava na Northwestern, a editora daquela universidade publicava traduções de Edmund Husserl e Maurice Merleau-Ponty em inglês. A cidade tinha uma livraria que tinha as únicas traduções inglesas da fenomenologia europeia. E, suponho que por meio de Merleau-Ponty, mais do que qualquer outra pessoa, vim a ver como a corporeidade era uma dimensão inexplorada em toda a vida social, uma dimensão que os “interacionistas simbólicos”, cuja designação desajeitada indica uma tendência à racionalidade e à reflexividade abstrata, não contemplam. Assim, a incorporação tornou-se uma segunda dimensão que eu procurava sempre que tentava descrever ou explicar qualquer coisa que as pessoas fizessem.

Tornou-se cada vez mais claro para mim que havia uma terceira dimensão a ser traçada, à medida que eu trabalhava nos vários estudos do livro sobre crimes: o projeto narrativo ou a sequência substantiva do comportamento. Nos termos que uso agora, mas que não usava então, ao procurar interação, descobri que estava olhando para a *proximidade* da face de Janus (um termo que Schegloff usava para ensinar análise de conversação) da ação de cada momento. Ou seja, o que quer que façamos, quando e onde quer que façamos, fazemos de modo vinculado a algo no passado, significando, minimamente, o que acabou de acontecer, e como uma forma de configurar o que pode acontecer a seguir. Enquanto escrevo essas linhas, tento fazer com que elas se encaixem logicamente com o que escrevi anteriormente como respostas nesta entrevista, e edito cada linha para que mantenha o argumento avançando, mas não muito abruptamente. O que alguém faz em um assalto a qualquer momento, eles fazem com base no que eles ou outros fizeram antes e com o objetivo de influenciar o que acontecerá a seguir. Essa perspectiva para trás e para frente não está separada da interação, entendida como o processo de levar em conta o que os outros farão do seu comportamento e, com base nisso, irão responder a ele. De certa forma, o sequenciamento substantivo explicita a dimensão temporal da formação interativa do comportamento.

Os dados com os quais eu estava trabalhando nos estudos criminais se abriram quando comecei a olhar mais de perto como os atores estavam tentando construir uma narrativa para governar o comportamento, ou seja, o seu comportamento e o comportamento dos outros, à medida que prestavam atenção ao que acabara de acontecer e tentavam influenciar o que aconteceria a seguir naquela situação.

Agora, se sua pergunta busca uma resposta biográfica, posso dizer que quando cheguei à UCLA, que foi meu primeiro trabalho como professor, fiquei sabendo o que os analistas de conversação estavam fazendo e imediatamente admirei tremendamente a sensibilidade e a precisão da interação que eles tinham cultivado. A sequência é o foco essencial em seu trabalho. Na época, eu interagía com essas pessoas todos os dias e tinha muitas discussões com eles sobre todos os tipos de assuntos. Mas eu senti que tinha que entender o que eles estavam fazendo, se pretendia que prestassem atenção ao que eu tinha a dizer. E então entendi que, basicamente, o fluxo sequencial faz parte da vida social. Tudo está em movimento, tudo está em constante mudança. Todos os substantivos representam equivocadamente a realidade social.

Filosoficamente, é fácil aceitar que tudo está sempre em movimento. Mas a sociologia nega repetidamente a natureza ontológica do processo, da temporalidade, da sequência, ao transformar em heróis os defensores de conceitos do tipo substantivo, como anomia, classe, *status* e norma, sistema social, redes e capital metafórico designado por adjetivos. Passei a compreender, no curso da minha trajetória intelectual, que a maior contribuição para a sociologia não seria explicações substantivas novas ou poderosas, mas um aumento na capacidade metodológica de levar em conta o tempo.

Esse foi um *insight* importante e que veio a mim de diferentes maneiras. Ensiniei a estudantes de doutorado um curso introdutório à sociologia em parceria com o falecido Rob Mare, que foi um dos principais demógrafos do mundo. Apreendi muito com ele, inclusive sobre algumas das análises diacrônicas que os demógrafos estavam desenvolvendo. Apreendi que o estudo de mobilidade social de Blau e Duncan, que estava na moda quando eu estava na graduação, era fundamentalmente falho porque os dados com os quais eles trabalhavam comprometiam a capacidade de analisar a sequência. Em resposta, os analistas de estratificação desenvolveram vários conjuntos de dados (as mesmas pessoas entrevistadas em vários momentos de suas vidas; amostras coletadas de forma sucessiva, cada uma revisitada em dados longitudinais). Além disso, quando eu estava na Northwestern, a influência de Donald Campbell no *design* quase experimental era muito forte. Ele explodiu a apreciação das diferenças de caminhos

causais, em parte adicionando fases de tempo ao foco tradicional antes/depois em experimentos. E na UCLA, por influência de meus muitos colegas comparatistas históricos ilustres, passei a apreciar o poder das dependências de caminho e o quanto essa frase é enganosamente simples. Existem muitas maneiras diferentes pelas quais as variações atuais de conduta dependem de um estreitamento de opções com base em decisões ou ações tomadas em vários períodos passados.

O foco na sequência não era novidade na sociologia ou na minha formação intelectual. Becker escreveu sobre “tornar-se” um usuário de maconha; Goffman escreveu sobre “a carreira” do paciente mental; minha dissertação e meu primeiro livro foram sobre advogados de pessoas pobres “em transição”. Mas à medida que aprendi mais sobre o que os sociólogos estavam fazendo com base em várias metodologias, quais eram os avanços em seus campos, tornei-me mais reflexivo sobre o fato de a temporalidade narrativa ser uma parte da ontologia social. Então, quando comecei a fazer os estudos que se tornaram o livro das emoções, eu estava conscientemente procurando o sequenciamento, as interações e a corporificação que mudavam à medida que um determinado tipo de emoção surgia e declinava em situações específicas.³

SHKJR: *Ao longo da sua trajetória intelectual, você tem sido um forte crítico do conceito de estrutura. Como você percebe a integração de sua perspectiva fenomenológica na moldura analítica mais ampla da criminologia cultural? Por exemplo, o*

3. Conforme explicam Ferrell, Hayward e Young, “ponto de partida de Katz é inequívoco: as emoções são enigmáticas. Em um nível, elas parecem estar ‘além do nosso controle’, como quando somos destruídos pela culpa, oprimidos por vergonha ou atingidos por algo histericamente engraçado nos ajuda a superar distinções simplistas entre as experiências em primeiro plano do ator, por um lado, e outros fatores de fundo, como classe social ou educação, que normalmente preocupam a análise sociológica” (2019, p. 104). Os autores apontam que “Tanto em *How Emotions Work* quanto em um artigo relacionado” (KATZ, 2002) Katz amplia uma perspectiva que ele desenvolveu pela primeira vez em *Seductions of Crime*: que, começando com o primeiro plano emocional da experiência, podemos chegar “[...] a condições de fundo como poder, gênero, classe social, etnia etc.” (2019, p. 105). Para além disso, “A análise de Katz também ajuda no desenvolvimento de metodologias apropriadas para o entendimento de emoções. Ele argumenta que as emoções não podem e não devem ser estudadas através de questionários ou em experimentos de laboratório em que as respostas emocionais são provocadas ou estimuladas, uma vez que ambas as metodologias distanciam os pesquisadores da fenomenologia fundamentada do trabalho emocional”. Finalmente, os autores apontam que “a ênfase de Katz nas dimensões ‘sociais interativas’ das emoções e suas ligações com a corporeidade e performatividade transcendente, complementa as perspectivas culturais criminológicas existentes em *edgework* e *performance* situada” (2019, p. 106).

artigo “Merton with energy, Katz with structure: The sociology of vindictiveness and the criminology of transgression” (2003), de Jock Young, procura estabelecer uma criminologia cultural que coloca o transgressor em um contexto, enquanto reformula as noções mertonianas de anomia em termos de energia, ressentimento e tensão. Já na seguinte passagem de “Criminologia cultural continuada” (2021) de Ferrell e Hayward, os autores pontuam que “fatores anteriores ou estruturais certamente permanecem presentes em meio a esse primeiro plano de crime – agora, porém, entendidos em tensão dialética com seus significados e tensões emergentes, e não como preditores ou causas dele”.

JK: Concordo com os comentários de Young, Ferrell e Hayward, mas não gosto do substantivo “estrutura”. O termo é tão comumente utilizado na sociologia que não está claro se os usuários percebem que ele é uma metáfora. A vida social é suave. No curso da interação, as pessoas estão sempre oferecendo movimentos, que elas podem retrair ou redirecionar no decorrer do processo. Isso é tão verdadeiro na produção de condutas cautelosas e expressões de ternura quanto na execução da violência por pessoas totalmente comprometidas em ferir os outros. De fato, que um soco que parece prestes a ser dado possa ser abortado repentinamente é essencial para as manobras estratégicas no boxe.

A linguagem que os sociólogos usam é consequente. Uma terminologia preguiçosa geralmente impede que as perguntas-chave sejam feitas. Na história do pensamento sociológico, “estrutura” é frequentemente usada como antônimo de “processo”. Mas que ação na vida social não é processual por completo, do início ao fim? Então, para fins de escrita precisa e pensamento claro, “estrutura” é um desastre.

Ironicamente, os sociólogos muitas vezes pensam que estão sendo mais ousados ou até mesmo politicamente radicais ao enfatizar sua preocupação com a “estrutura”. Comumente, o termo tem sido adotado como uma forma de os sociólogos desdenharem dos colegas que estão mais focados na microinteração. A ironia é que mudanças radicais na vida social, ou revoluções, se preferir, surgem quando o que foi tratado como estrutura pelos membros da sociedade é reconsiderado como processual. Os revolucionários passam a perceber que o que manteve um grupo de pessoas dominado por outro grupo é um conjunto de práticas que trata as desigualdades como algo que decorreria de devidas “estruturas”.

“Estruturas”, entendidas fenomenologicamente, são os padrões de comportamento presumivelmente imutáveis no contexto da ação de alguém. Quando os sociólogos usam “estrutura”, eles ignoram a distinção entre o que o pesquisador/analista/autor entende e o que os atores, ou membros da sociedade em estudo, entendem. Essa diferença entre as perspectivas do analista e dos membros

é central para a tradição interacionista e especialmente para a etnometodologia. Para o sociólogo/analista, não há estruturas; escrever sobre estruturas é cometer um erro positivista. Sim, para alguns autores “estruturas” seriam defendidas até o fim. Mas é uma areia movediça.

Nos “anos sessenta” (período que abrange o início dos anos 1970), várias “estruturas” foram atacadas. Os tipos de distinções que Parsons fez, como entre vida pública e privada, foram desafiados. Um exemplo relativamente suave: as mulheres nas aulas da faculdade tricotavam durante as palestras. Um exemplo mais dramático: uma professora, atacando as distinções de *status* desafiando a distinção “profissional” e leiga, pode ilustrar como realizar um exame ginecológico em si mesma. Ao abrir as pernas na frente da turma, ela mostrava às alunas que elas não precisavam depender tanto dos médicos. Em uma de minhas aulas de graduação sobre “desvio”, um aluno entrou nu da cintura para baixo e acendeu um cigarro de maconha. O resto de nós presumiu que ele estava tentando obter dados de nossa reação para seu trabalho de conclusão de curso. Nós nos recusamos firmemente a atender. Ele então escreveu sobre a “normalização” do desvio, argumentando, para generalizar o ponto, que a linha entre crime e não crime não era uma estrutura, mas uma distinção que precisava ser continuamente estruturada.

Na era Watergate (que efetivamente encerrou “os anos sessenta”), não foi apenas o presidente do país, seus assistentes e aliados que sofreram ataques sem precedentes. Houve minirrevoluções em uma série de instituições, de tal forma que a aura de poder se dissipou de nível em nível, como uma espécie de dominó. À medida que a aura de poder desaparecia, “denunciantes” provocaram escândalos que trouxeram “mudanças estruturais” a uma série de instituições, desde o FBI e a SEC (reguladores do mercado financeiro, que começaram a atacar corporações por suborno internacional) a corruptas “máquinas políticas” locais, até cientistas que falsificavam dados em laboratórios universitários.

Nos últimos anos, nos EUA, estamos vivendo um momento no qual são desafiadas radicalmente as suposições sobre gênero, sexo e raça. O que a cultura *woke*⁴ significa é um desafio da interação cotidiana (por exemplo, *mansplaining*⁵) e padrões culturais (por exemplo, pronomes e identidades étnicas de gênero) que

-
4. *Woke*, como um termo político de origem afro-americana, refere-se a uma percepção e consciência das questões relativas à justiça social e racial.
 5. *Mansplaining* é um termo que significa a atitude de um homem no sentido de “comentar ou explicar algo a uma mulher de uma maneira condescendente, confiante, e, muitas vezes, imprecisa ou de forma simplista”.

foram tratados como “estruturas” naturais, não problemáticas ou pelo menos inquestionáveis de dominação. Sob essa luz, os sociólogos, desde o início da disciplina, conspiraram involuntariamente para a manutenção das desigualdades ao não tratar as identidades coletivas atribuídas como estabelecidas, ou seja, como mantidas por rotinas cotidianas aparentemente naturais. A “cultura do cancelamento”, um movimento social totalitário que traz a vigilância para as interações mais íntimas, é uma história populista de sucesso. O governo não liderou a revolução, embora as mudanças de governo nos anos sessenta tenham preparado o terreno para essa próxima fase. A questão é que “estruturas” existem como as roupas do imperador: elas existem até que um número suficiente de pessoas colabore para dizer que o poder se sustenta apenas por processos que encobrem o que é essencialmente uma dominação nua. O que quer dizer que, desde o princípio, elas nunca foram verdadeiramente “estruturas”.

REFERÊNCIAS

- FERRELL, Jeff; HAYWARD, Keith; YOUNG, Jock. *Criminologia Cultural: um Convite*. Belo Horizonte, Letramento, 2019.
- FERRELL, Jeff; HAYWARD, Keith. Criminologia Cultural Continuada. In: FERRELL, Jeff; HAYWARD, Keith; KHALED JR, Salah H; ROCHA, Álvaro Oxley da. (Org.) *Explorando a criminologia cultural*. Belo Horizonte: Letramento, 2021.
- KATZ, Jack. *How Emotions Work*. Illinois: University of Chicago Press, 1999.
- KATZ, Jack. From How to Why: On Luminous Description and Causal Inference in Ethnography. *Etnography*, [s.l.], v. 2, n. 4. 2001.
- KATZ, Jack. *Seductions of Crime: Moral and Sensual Attractions in Doing Evil*. New York: Basic Books, 1988.
- KATZ, Jack. Start Here: Social Ontology and Research Strategy. *Theoretical Criminology*, [s.l.], v. 6, n. 3, p. 255-278, 2002.
- YOUNG, Jock. Merton with energy, Katz with structure: The sociology of vindictiveness and the criminology of transgression. *Theoretical Criminology*, [s.l.], v. 7, n. 3, p. 389-414.



PESQUISAS DO EDITORIAL



ÁREAS DO DIREITO: Penal; Fundamentos do Direito

Veja também Doutrinas relacionadas ao tema

- Criminologia cultural, Clarice Lispector e a criminologia patrocinada pelo Estado: repensando o significado para além do mundo jurídico, de Wayne Joseph Morrison, Tiago Lorenzini Cunha e Alvaro Filipe Oxley da Rocha – *RBCCrim* 177/329-356; e
- Nathália Regina pinto entrevista Eduardo Saad Diniz – *RDPEC* 9/251.